

Calabar: um intermediário cultural no Brasil Holandês

REGINA DE CARVALHO RIBEIRO *

A proposta do trabalho versa sobre a análise do personagem Domingos Fernandes Calabar enquanto mediador cultural entre 1630 e 1635 em contexto de lealdades incertas no confronto luso-holandês. À guisa de compreensão, esclarece-se que a pesquisa analisa as crônicas da guerra como fontes primárias através do método crítico, ambicionando vicejar a ação do mameluco na trama através dos relatos deixados pelos personagens que compuseram o contexto ao seu lado, sendo eles o Frei Manoel Calado, o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, o português Francisco de Brito Freyre, o soldado inglês Cuthbert Pudsey, o geógrafo e diretor da WIC Joannes de Laet e o humanista Gaspar Barleus.

Palavras-chave: Brasil Holandês – Calabar – mameluco – mediação cultural

Calabar: a cultural intermediate in Dutch Brazil

The proposed work focuses on the analysis of the character Domingos Fernandes Calabar as cultural mediator between 1630 and 1635 in the context of uncertain loyalties clash in Luso-Dutch. In order to clarified, this research analyses the chronicles of war as primary sources utilizing the critical method, aiming the role of the mameluke in the plot through the records left by the characters that lived the backdrop on his side, who are the ecclesiastic Manoel Calado, the donee Duarte de Albuquerque Coelho, the Portuguese Francisco de Brito Freyre, the English soldier Cuthbert Pudsey, the geographer and director of the West India Company Joannes de Laet and the humanist Gaspar Barleus.

Keywords: Dutch Brazil - Calabar - mameluke – cultural mediation

* Mestranda do PPGHIS / UFRJ sob orientação da Prof. Dr. Jacqueline Herman e bolsista do CNPq.

O personagem Domingos Fernandes Calabar foi um mameluco atuante nas guerras pernambucanas do Brasil Colônia ocorridas no século XVII. Tratou-se de um momento conflitivo devido ao embate travado pelas tropas “invasoras” contra a “resistência luso-brasileira”, como é retrata pelas crônicas. O português Francisco de Brito Freyre¹ nomeou este período como “guerra brasílica” em sua crônica “Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica”, cujo manuscrito data de 1675.

Calabar, natural da vila alagoana de Porto Calvo, nascido em 1609, era um mulato filho da negra Ângela Álvares com um português desconhecido. Apesar da maioria dos cronistas o retratarem como mulato há indícios de que sua mãe era, na verdade, “negra da terra”, ou seja, índia. Por isso, Calabar era considerado um mameluco por Frei Manoel Calado, em sua crônica datada de 1648 e intitulada *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*².

A atuação do mameluco desenvolveu-se, inicialmente, ao lado português de 1630 até 1632, quando de sua apresentação ao Alto Comando Holandês, para quem o mameluco prestou valiosos serviços até 1635. Neste mesmo ano, Calabar foi capturado pelas tropas luso-brasileiras e justificado pelo crime de Lesa Majestade, recebendo a pena da forca seguida de esquartejamento.

Contudo, na descrição dos relatos coloniais portugueses dos cronistas Frei Manoel Calado, Francisco de Brito Freyre e Duarte de Albuquerque Coelho, Calabar era homem de grandes qualidades, tendo se tornado em pouco tempo uma peça chave no curso da guerra. O mameluco era profundo conhecedor das matas pernambucanas e seus caminhos, das táticas de guerrilhas e emboscadas realizadas em solo colonial, além de possuir o poder do diálogo com os índios.

O problema reside no fato de Calabar quase não aparecer nas narrações feitas pelos cronistas considerados durante a pesquisa, os quais retratam o lado holandês, a saber: Cuberth Pudsey, Joannes de Laet e Gaspar Barleus, em comparação à riqueza de detalhes com as quais os portugueses o acusam da perda progressiva do território durante a guerra.

A partir das crônicas da guerra, a traição de Calabar torna-se emblemática, sobretudo com a escrita do historiador oitocentista Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 – 1878) que constrói o mito do Calabar traidor da Pátria³. Entretanto, a representação do mameluco na historiografia não será pauta de análise deste artigo, que visa considerar as informações cotejadas nas crônicas coloniais da guerra para avaliação da hipótese de Calabar ter sido um intermediário cultural na primeira fase do Brasil Holandês.

Contextualizando as guerras pernambucanas do açúcar

Para compreender a presença holandesa no litoral do Brasil Colônia, deve-se inseri-la na trama dos acontecimentos da Europa Moderna, os quais se desenrolaram desde o século XVI, tendo motivação não apenas econômica, bem como religiosa e política relacionadas ao conflito Hispano-Holandês. Conhecido como Guerra dos Oitenta Anos, o confronto entre a Espanha Católica e os Países Baixos Calvinistas durou de 1568 a 1648, ano em que foi reconhecida a independência das províncias protestantes na Paz de Münster.

1 Francisco de Brito Freyre. *Nova Lusitânia, História da Guerra Brasílica* (manuscrito de 1675). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

2 Frei Manoel Calado. *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (manuscrito de 1648). 5ª ed. 1º v. Recife: CEPE, 2004.

3 Francisco Adolfo de Varnhagen. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. (original de 1871) Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

Com a abdicação do monarca Carlos V – Carlos I de Espanha – em 1556, seu filho Filipe II foi responsabilizado pelo governo da Espanha, da América Espanhola e das Dezessete Províncias do Norte, onde a mudança no trono da Dinastia dos Habsburgo provocou grande transformação na vida cotidiana. Enquanto o Imperador Carlos V procurou manter uma política de convivência com as autoridades, respeito às liberdades públicas e não combate ao avanço do calvinismo; Filipe II teve uma postura mais autoritária, ao tentar sobrepor o poder espanhol, o que gerou descontentamento entre as Casas Provinciais.

“Defensor da honra de Deus e cativo de uma mentalidade missionária”⁴, nas palavras de Méchoulan, Filipe II ignorou os laços entre dinheiro e liberdade tão preservados pelo seu pai e endureceu no propósito de erradicar a heresia o monarca enviando, em 1567, uma expedição repressiva aos Países Baixos comandada pelo nobre García Álvarez de Toledo, o duque de Alba⁵. A contestação religiosa se transformou em desordem e a população armou-se contra seu soberano sob a liderança da casa Orange-Nassau, iniciando em 1568 a Guerra dos Oitenta Anos, financiada pelos recursos econômicos e militares da Holanda e da Zelândia. Com a primeira vitória em 1572 em La Brielle, o duque de Alba pediu dispensa ao rei.

A dissidência ocorreu em 1579, quando as dez províncias do sul formaram a União de Arras, permanecendo fiéis ao rei espanhol e ao catolicismo. As sete províncias calvinistas do norte, organizadas como república confederada sob o reinado da casa de Orange-Nassau, mas conservando autonomia política e prometendo ajuda mútua, formaram a União de Utrecht. Pertenceram às Províncias Unidas do Norte: Holanda, Zelândia, Frísia, Utrecht, Gueldre, Groninga e Over-Yssel.

Enquanto isso, Portugal era governado desde 1568 pelo rei D. Sebastião, o último da casa dos Avis, filho de D. João e D. Joana. O Rei Desejado assumiu o poder aos quatorze anos de idade e conseguiu afastar as pretensões espanholas de anexação, como demonstrou Jacqueline Hermann⁶. Foram dez anos de reinado transcorridos por uma administração instável e questões bastante complexas, dividindo os grupos que frequentavam o Paço.

Considerando-se o ano de 1574 como definitivo para a orientação política do reinado de D. Sebastião em relação ao Marrocos, depois da visita a Ceuta e Tânger, a intervenção no Norte da África parece ter sido um antigo plano português visto como prolongamento da reconquista. Acerca do espírito cruzadístico da Batalha de Alcácer Quibir de 1578, quando o próprio rei português lutou em campo, em defesa do reino cristão contra tropas africanas do xarife de Fez Mouly Malik, Hermann sugere ter sido D. Sebastião o monarca que deu fim ao processo de transição de um Estado com características ainda medievais.

No entanto, para guerrear, o rei pediu auxílio de Filipe II, mas segundo constam em crônicas da época, o rei espanhol possuía algumas alianças com Malik, o que supõe uma segunda faceta da Batalha, isto é, a tentativa de afirmação do poder de um Estado moderno, Portugal interessado em mostrar-se tão forte quanto o vizinho ibérico na luta contra o infiel⁷.

A Batalha de Alcácer Quibir – como ficou conhecida na história ocidental – ou a Batalha dos Três Reis – para a história marroquina – representou uma catastrófica empreitada para D. Sebastião que entrou para a história letrada como um incompetente e desastroso rei. Apesar de ter lutado até o final, ferido e cercado pelos mouros, o rei português desapareceu no campo da

4 Henry Méchoulan. “Referências e conjunturas: o nascimento de uma nação.” In: *Dinheiro e Liberdade. Amsterdã no Tempo de Spinoza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992. p. 16.

5 Dados de Henry Méchoulan, pp. 20-1.

6 Jacqueline Hermann. “O ‘Grande Castelo’ de d. Sebastião” In: *No Reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 73-124.

7 A hipótese aparece na obra de Jacqueline Hermann.

última cruzada, deixando assim o trono vago.

Com o desaparecimento do rei em 1578, o Cardeal D. Henrique, tio de D. Sebastião, assumiu o poder já com idade avançada, falecendo dois anos depois sem nomear alguém, pondo fim a Dinastia de Avis. As disputas sucessórias entre Filipe II, D. Catarina de Bragança e D. Antônio chegaram ao fim quando o próprio Filipe II, rei da Espanha e bisneto de D. Manuel II o Venturoso, apoderou-se do trono e do império colonial português. Então, fazendo uso do direito de hereditariedade, Felipe II invadiu Portugal contra as tropas de D. Antônio, o Prior do Crato, em agosto de 1580 na batalha de Alcântara, iniciando a União Ibérica.

A sucessão de Portugal abriu para a Monarquia Habsburgo várias possibilidades, tanto em virtude da extensão metropolitana como das possessões ultramarinas. Filipe II – Filipe I de Portugal – integrou o trono lusitano em regime de agregação, como reino herdado, isto significou a preservação de uma tradição de exclusivismo reinícola fixada nos privilégios do Estatuto de Tomar de 1581 que remonta aos Artigos de Lisboa de 1499.

Nas Províncias Unidas, os Estados Gerais, instância governativa da confederação, em reunião em Haia em 1581, proclamaram a perda do poder de Filipe II sobre os Países Baixos⁸. Enfim, em 1588 nasceu a República das Províncias Unidas sob a decisão dos Estados Gerais de vetar a soberania de príncipes estrangeiros.

Enquanto Felipe II planejou suas aventuras desastrosas contra a Inglaterra e a França, as Províncias Unidas se organizaram sob a égide do “maior homem de guerra do seu tempo”⁹, nas palavras de Méchoulan, Maurício de Nassau (1567 – 1625) contando com o apoio da mesma Inglaterra e ainda com a ajuda da França. Com o fracasso das investidas do rei de Espanha, que sofreu a terceira bancarrota, segundo Méchoulan: “A formidável e frágil hegemonia espanhola desmorona quando ele [Filipe II] morre a 13 de setembro de 1598”¹⁰.

Os holandeses passaram então a se prepararem para conquistar os domínios coloniais espanhóis, no Oriente e no Atlântico. Direcionando a expansão para o Índico, em 1602 foi fundada a *Vereenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC) ou Companhia das Índias Orientais. Graças a essa companhia, os holandeses conseguiram conquistar as ilhas Molucas em 1605, o que concedeu estratégico acesso as especiarias, como contou o historiador Ronaldo Vainfas¹¹. As captações da Companhia das Índias Orientais foram efetivas na medida em que romperam com o monopólio ibérico de comércio.

Finalmente, depois de vinte anos de sangrenta luta, Holanda – a frente das províncias – e Espanha estabeleceram uma trégua em 1609 assinada forçosamente por Filipe III, filho de Filipe II. Uma trégua de doze anos que “não foi mais do que uma breve suspensão da guerra que se arrastava há quase meio século”, nas palavras de Vainfas¹². Isto porque como a trégua não incluiu os territórios a leste do Cabo de Boa Esperança, a VOC conquistou a Jacarta em 1619, berço da Batávia, que significaria uma Nova Holanda Oriental. No ano anterior ainda, os holandeses negociaram no arquipélago dos Açores e da Madeira, trazendo navios abarrotados de açúcar produzido no Brasil.¹³

Como fundamento de tantas guerras, a questão religiosa estava fortemente intrínseca aos conflitos do século XVII, por isso atenta-se para a definição religiosa das Províncias Unidas.

8 Henry Méchoulan. *Op. cit.* p. 33.

9 Idem. p. 34.

10 Idem.

11 Ronaldo Vainfas. “Diáspora Pernambucana” In: *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 85 – 140.

12 Idem. p. 87.

13 Idem. p. 88

Segundo Paul Zumthor, a atmosfera tolerante era traço marcante.¹⁴ Para o autor: “A religião holandesa tinha um caráter familiar.”¹⁵ A primeira organização eclesiástica da religião reformada constituída em meados do século XVI definiu o calvinismo neerlandês, de provável origem francesa. Entretanto, somente após a Grande Assembleia de 1651, a Igreja Reformada Calvinista adquiriu estatuto e poder de uma Igreja de Estado, possuidora de templos públicos e responsável pelo ensino oficial.

O avanço dos holandeses para o Atlântico ocorreu apenas com o final da trégua em 1621, quando foi criada a *West-Indische Compagnie* (WIC) ou Companhia das Índias Ocidentais. Tratava-se de uma empresa com cinco câmaras regionais na qual predominavam os capitais holandeses e flamengos e cujo órgão diretor era composto pelo Conselho dos Dezenove Senhores (os *Heeren XIX*). Segundo Vainfas:

A WIC, a exemplo da Companhia das Índias Orientais, organizou-se como sociedade acionária com propósitos comerciais articulados a objetivos políticos, militares e mesmo religiosos (...). Era uma empresa tipicamente moderna para os padrões da expansão mercantil do século XVII. Os objetivos comerciais eram prioritários, mas não exclusivos.¹⁶

Para a Holanda, o comércio das Índias Ocidentais almejava a fundação de estabelecimentos e a prática do comércio, como explica Hermann Wätjen em: “Sem dúvida, a América produzia importante quantidade de ouro e prata. Seus melhores produtos, porém, eram o açúcar, a madeira de tinturaria, o anil, (...)”¹⁷ Deste modo, é que o açúcar, em especial, chamou atenção dos investidores da WIC que necessitavam de vultuoso capital para o estabelecimento de atividade colonial. Deve-se esclarecer que o açúcar foi não apenas o objetivo, como serviu de financiamento às guerras pernambucanas do século XVII. É por isso que o historiador Evaldo Cabral de Mello as chamou de “guerras do açúcar”¹⁸.

Com os primeiros olhares dirigidos a Bahia, sede do Governo Geral da América Portuguesa e uma das mais importantes regiões açucareiras, os holandeses enviaram uma expedição comandada pelo almirante Jacob Willekens em dezembro de 1623¹⁹. Em maio do ano seguinte, a Bahia já tinha sido capitulada, e o governador Diogo de Mendonça Furtado, ainda que prevenido do ataque, foi feito prisioneiro.

Enquanto os holandeses comemoravam, a notícia da queda da capital havia chegado a Madri e a Lisboa, sendo tão logo decidido um contra-ataque enviado em fevereiro de 1625 por Felipe IV da Espanha sob o comando do almirante espanhol d. Fradique de Toledo Osório. Paralelamente, os habitantes da Bahia se levantaram contra o conquistador no importante episódio da “Jornada dos Vassallos”. Assim, a Bahia foi restituída pelos espanhóis em abril de 1625 e a primeira tentativa

14 Paul Zumthor. “A Religião” In: *A vida quotidiana na Holanda no tempo de Rembrandt*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d. p. 109.

15 Idem.

16 Ronaldo Vainfas. “Conquista holandesa.” In: *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 35.

17 Hermann Wätjen. *O domínio colonial holandês no Brasil*. (Original de 1938). 3ª ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004. p. 76.

18 Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ª ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 14.

19 Dados informados por Ronaldo Vainfas. *Traição*. Op. cit. p. 36.

holandesa se retirou do Brasil açucareiro²⁰.

Os flamengos aguardavam o momento oportuno para um novo ataque, enquanto a WIC reunia informações mais concretas acerca das capitanias e fortificações litorâneas. Entre 1628 e 1629, os Diretores da WIC decidiram voltar-se para Pernambuco, a mais produtiva das capitanias, base para expansão rumo ao interior e ótimo apoio para o domínio do Atlântico Sul e a navegação das Índias Orientais. A esquadra contra Pernambuco foi reunida em dezembro de 1629 sob o comando do almirante Hendrik Cornelioszoon Loncq e do coronel Jonckheer Dierick van Waerdenburgh²¹.

As informações chegaram a Corte de Madri e o Primeiro Ministro do rei Felipe IV, o aristocrata Gaspar de Guzmán conhecido como Conde-Duque de Olivares, incumbiu Matias de Albuquerque, um dos mais importantes senhores proprietários de Pernambuco, de comandar a resistência. De tal forma que, ao chegar ao Brasil, Albuquerque tratou de melhorar as fortificações desmanteladas das Capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, erguer novas posições estratégicas e exercitar novos recrutas²².

Contudo, o comandante-em-chefe Loncq ordenou o ataque holandês imediato logo que avistou Olinda, capital da Capitania de Pernambuco, em 15 de fevereiro de 1630 e a esquadra entrou no Recife no mesmo dia, quando Waerdenburgh desembarcou na baía de Pau-Amarelo. Olinda foi conquistada no dia seguinte, além de queimada e arrasada, quanto à rendição de Recife, duraria ainda até o final do mês.

Quando Matias de Albuquerque percebeu que já não havia como salvar o Recife, mandou pôr fogo nos Armazéns e destruir os navios, abandonando o porto, concentrando a resistência na várzea do rio Capibaribe, ponto estratégico para observação das operações flamengas, além de ser o distrito açucareiro mais próspero. Ao acampamento, Albuquerque denominou Real ou Arraial do Bom Jesus, de onde começou uma declarada guerra de embocadas contra os holandeses. A chamada Guerra Brasília havia, de fato, começado.

A atuação de Calabar segundo os cronistas coloniais

Apesar de conquistadas Olinda e Recife, os flamengos não conseguiram avançar sobre o território, permanecendo limitados ao litoral, onde instituíram o Conselho do Recife, composto por cinco membros²³. No início da guerra, a Coroa dos Habsburgo encontrava-se incapaz de reagir. Então, a estratégia luso-brasileira²⁴ inicial, que consistia em combinar proteção local e poder naval, foi forçada a concentrar seus esforços militares em uma posição defensiva.

Nas guerras pernambucanas do açúcar, Calabar atuou primeiramente ao lado da resistência portuguesa como um dos homens de confiança do governador português Matias de Albuquerque de 1630 a 1632, ano em que se apresentou ao Alto Comando Holandês para prestar-lhes serviços em vinte de abril.

Em contexto de guerra, pode-se perceber as lealdades mantidas por Calabar como incertas, conforme considerou Ronaldo Vainfas. A prova de fidelidade aos portugueses é dada no episódio

20 Hermann Wätjen. *Op. cit.* p. 89.

21 Dados informados por Ronaldo Vainfas. *Traição. Op. cit.* p. 38.

22 Hermann Wätjen. *Op. cit.* p. 100.

23 O cargo de governador foi ocupado primeiramente por Waerdenburgh, substituído pelo coronel Sigismund Von Schkoppe em 1633 e em seguida por Maurício de Nassau em 1637. Vide Ronaldo Vainfas. *Traição. Op. cit.* p. 39.

24 A referência a resistência como tendo sido "luso-brasileira" indica o grande número de nativos, entre índios, mamelucos e mulatos. Homens, enfim, nascidos na América Portuguesa e que lutaram ao lado dos portugueses, comandados por Matias de Albuquerque e organizados a partir do Arraial do Bom Jesus.

que o próprio mameluco foi ferido por um mosqueteiro na defesa ao ataque holandês ao Real ainda em 1630, principal bastião luso-brasileiro que começava a ser fortificado, como contou Coelho²⁵.

Em 1631, os comandantes Crestofle d'Artichau Artichewsky, fidalgo polonês, e Sigismund Von Schkoppe, oriundo de nobre família alemã, investiram na Ilha de Itamaracá. Sob pressão da WIC, investiu-se contra Paraíba e Rio Grande, e no início de 1632, contra o Cabo de Santo Agostinho. Os três ataques flamengos fracassaram devido à vigilância portuguesa²⁶. Deste modo, até 1632 a Guerra Brasílica encontrava-se empatada, situação que configurava um impasse militar.

As fontes portuguesas narram que a exatos 20 de abril de 1632, Domingos Fernandes Calabar se apresentou ao Alto Comando Holandês, oferecendo seu serviço a Companhia das Índias Ocidentais. Conforme parece unânime nas crônicas, a iniciativa foi de Calabar, que ofertou voluntariamente sua colaboração aos holandeses. Do contrário, não há registros de tentativas de cooptação do mameluco pelos flamengos, nem mesmo de Albuquerque para convencê-lo a permanecer com os portugueses.

Entretanto, é possível especular os motivos que levaram Calabar a trair a causa da resistência em 1632, cujas razões foram apontadas pelos autores das crônicas coloniais. O frei Calado suspeitou estarem relacionadas aos graves furtos que o mameluco vinha cometendo na fazenda do Rei. Para o eclesiástico, Calabar era um contrabandista e, por isso, temeroso de ser preso e castigado pelo Provedor André de Almeida, decidiu fugir e misturar-se aos flamengos²⁷. O português Coelho concorda com a opinião de Calado a respeito do motivo da traição de Calabar.

Uma explicação divergente é apresentada pelo inglês Cuthbert Pudsey:

Por este tempo [1632] veio até nós um português chamado Domingo Fernandes [Calabar], que por haver estuprado uma mulher na região de Camaragibe, e para que depois ela não contasse quem havia feito isso, cortou-lhe a língua da boca. Vivera como renegado por cerca de dois anos entre os portugueses. Então, tendo vindo servir os holandeses, foi feito capitão.²⁸

Apesar de ter apresentado Calabar como português, o cronista inglês corrige-se explicando tratar-se de um natural da terra. Segundo Pudsey, além dos crimes e delitos que tenha cometido, Calabar vivia como renegado entre os portugueses, extraindo-se daí uma possível ânsia por reconhecimento e valor.

O português Freyre também ensaia uma interpretação parecida com a de Pudsey, ao contar que Calabar buscava entre os holandeses, "no prêmio da traição", interesses particulares até mesmo de crescimento pessoal ou financeiro. Ascensão a qual o próprio cronista esclarece que Calabar era impedido de alcançar entre os portugueses, devido a "vileza do nascimento", indicação a sua condição de mameluco²⁹.

25 Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias diárias da guerra do Brasil pelo decurso de nove anos, começando em 1630* (manuscrito de 1644). 2ª ed. Recife: 1981. p. 128.

26 Hermann Wätjen. *Op. cit.* p. 116-8.

27 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* p. 50.

28 Cuthbert Pudsey. *Diário de uma Estada no Brasil* (manuscrito de 1640). Petrópolis: Index, 2001. p. 69.

29 Francisco de Brito Freyre. *Op. cit.* p. 244.

Entretanto, deve-se ressaltar que antes da entrada holandesa no território, Calabar era dono de três engenhos de açúcar em Porto Calvo, região que hoje compreende o Alagoas, como demonstrou Frans Leonard Shalkwijk. Segundo o historiador, o mameluco foi educado numa escola jesuíta e, antes da guerra, participou da procura das legendárias minas de prata de Caramuru³⁰. A informação parece indicar que Calabar era um homem de posses, supondo que saberia negociar seus conhecimentos e habilidades em troca de seus interesses.

A partir deste momento, as aparições de Calabar nos relatos dos cronistas tornam-se mais frequentes, a começar pelos lamentos da perda do mameluco, incluindo os do próprio comandante da resistência Matias de Albuquerque. Reconhecendo todo o seu valor, Duarte de Albuquerque Coelho sente a deserção de Calabar:

(...) Podendo isto acrescentar-lhe o ódio contra aquela gente, antes o desvaneceu e a procurou, que tal era sua danada intenção, tendo ele [Calabar] muito valor e muita astúcia, e sendo o mais prático em toda aquela costa e em terra que o inimigo podia desejar. Como o nosso general lhe conhecia o talento, sentiu muito esta fuga, não só pelo mal que daí receava, mas pelo caminho que abria para outros como ele fazerem o mesmo. O que admira é que havendo mais de dois anos que o inimigo estava fortificado e fazendo-nos a guerra que se há visto, apesar dos incômodos, perdas e trabalhos que nos acarretara, foi este mulato o primeiro que se passou para o adversário.³¹

As crônicas indicam que foi Calabar em abril de 1632, o primeiro a mudar de lado na guerra, embora outros documentos atestem que por este tempo já existiam deserções de ambos os lados do conflito³². Na verdade, mesmo não sendo o primeiro, foi o mais importante caso de traição, isto não apenas pela pessoa do mameluco, mas pela monumentalização que os cronistas fizeram de seus movimentos na guerra. No entanto, há que se relativizar o protagonismo do mameluco expresso nas crônicas, por serem as deserções práticas corriqueiras naquelas guerrilhas, alguns mudavam até mais de uma vez de lado, como foi o caso do padre Manoel de Moraes estudado por Ronaldo Vainfas³³.

A despeito da desconfiança manifestada pelo comandante Waerdenburch sobre Calabar quando escreveu aos Conselhos Gerais tratando da incursão de Igarassu, a primeira colaboração efetiva do mameluco aos flamengos: “sob a fidelidade ou infidelidade de um negro que me serviu de guia.”³⁴, a lealdade de Calabar expressa-se no decurso da guerra. Segundo os cronistas portugueses, Calabar colaborou, guiou e comandou muitas investidas holandesas no território através das quais efetuou as tomadas de Igarassu em 1632, de Rio Formoso, Itamaracá e Rio Grande do Norte em 1633 e de Nazaré do Cabo em 1634, além de sitiá-lo no Arraial do Bom Jesus em 1635.

Deste modo, Matias de Albuquerque temeu o exemplo que Calabar poderia fornecer a outros traidores com o uso dos seus conhecimentos. Segundo os cronistas lusitanos, Calabar não poupava esforços para prejudicar os portugueses, a começar pelo saque de Igarassu, no qual

30 Frans Leonard Shalkwijk. *Por que, Calabar? O motivo da traição*. Holanda: Appleodoorn, 2000. p. 1.

31 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* p. 128.

32 Frans Leonard Shalkwijk. *Op. cit.* p. 4-5.

33 Ronaldo Vainfas. *Traição*. *Op. cit.*

34 Carta de Waerdenburch aos Estados Gerais datada de 09-05-1632. Apud: Frans Leonard Shalkwijk. *Op. cit.* p. 2.

guiou os flamengos. Então, Albuquerque anunciou a concessão do perdão, além de inúmeras outras mercês, no caso do retorno de Calabar para o lado lusitano, o que não resultou em nada³⁵.

No curso da guerra, os holandeses foram aprendendo os segredos da arte das escaramuças na terra colonial. Em fins de 1632, após a mudança de lado de Calabar, e, portanto, com o desertor lutando ao lado dos flamengos, o cronista Coelho queixou-se:

O pardo Domingos Fernandes Calabar não estava ocioso no serviço do inimigo; porque cada dia lhe persuadia novas excursões, já por terra, já por mar. Facilitava-lhe mais com o interesse do que com a reputação; porque com tal gente isto obriga menos, e aquilo mais; e de quase todas as sortidas que efetuaram, nas quais nos deixaram gravíssimos prejuízos, foi Calabar o motor principal.³⁶

Os preciosos serviços prestados por Calabar foram reconhecidos e o mameluco recebeu um posto militar superior por sua sagacidade. Calabar rapidamente cativou as autoridades militares da Companhia das Índias, as quais souberam recompensá-lo, pois na altura de janeiro de 1633, havia sido feito capitão de emboscadas entre os flamengos.

Embora os relatos coloniais pela via portuguesa culpem Calabar em demasia pelo sucesso holandês ao fim de 1635, quando a WIC já apresentava-se senhora da zona açucareira do nordeste colonial, é fato que o mameluco lutou entre 1632 e 1635 ao lado neerlandês. Entre seus serviços, constavam: a orientação das tropas neerlandesas em solo colonial; o planejamento e a direção das entradas no território; o ensino dos segredos do terreno e da arte das guerrilhas; além do comando das tropas de nativos com as quais Calabar facilmente conseguia se comunicar.

Um prova disto é o episódio do ataque holandês ao Arraial em “Quinta-Feira Maior”³⁷ de 1633 que, nas palavras de Brito Freyre, significava Quinta-Feira Santa. O português acusa Calabar de ter persuadido os holandeses nesta incursão, pois o mameluco conhecia a religião dos portugueses e compreendia o significado do dia solene, no qual os soldados estariam ocupados com as cerimônias cristãs. Na descrição de Coelho, Calabar não poderia deixar de participar, fazendo o papel de Judas na ocasião³⁸. Sendo a resistência eficaz, neste episódio o sucesso foi lusitano, não pelas perdas, que foram maiores que as flamengas, mas pela defesa do forte, que permaneceu guardado pelos portugueses.

Pela guarnição do Arraial, o Rei conferiu a mercê de uma comenda ao governador Albuquerque. Também o Conde-Duque de Olivares, ministro e homem de confiança de Felipe IV, o escreveu cumprimentando pelo sucesso da defesa e assegurando o envio breve de remessas de socorro.

Como o Arraial permanecia fortemente guarnecido em 1633, a estratégia holandesa foi interiorizar a invasão. Desta forma, Freyre conta que Calabar os persuadiu a realizarem uma entrada pelo mar em Alagoas. A investida também não logrou êxito, porque a povoação foi defendida pelos soldados de Antônio Lopes Figueira³⁹, direcionando o alvo holandês para a Paraíba.

35 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* pp. 150-1.

36 *Ibem.* pp. 137-8.

37 Francisco de Brito Freyre. *Op. cit.* p. 160.

38 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* p. 156.

39 Francisco de Brito Freyre. *Op. cit.* p. 169.

Se em 1633 Matias de Albuquerque tentou uma trégua com Calabar, oferecendo-lhe o perdão por seus erros; as crônicas lusitanas narram que em 1634 o governador português mudou de tática e recorreu ao seu primo Antônio Fernandes ofertando-lhe a mercê que o contentasse no caso de conseguir matá-lo. Antônio aceitou a proposta e resolveu aproveitar a entrada por mar que Calabar fazia em Barra Grande. Contudo, Antônio Fernandes atrapalhou-se ao desembainhar a espada e ao tropeçar, caiu sobre a ponta da mesma, acabando morto no episódio descrito por Albuquerque Coelho.

Em agosto de 1634, Calabar efetuou uma entrada por mar em Porto Calvo, o mesmo “não cessava de, com suas excursões, causar-nos as grandes perdas que temos visto”⁴⁰, como desabafa Albuquerque Coelho. Entretanto, Calabar encontra o capitão Francisco Rabelo, quem degolou quarenta soldados e prendeu onze da tropa de nativos. No confronto, o próprio Calabar saiu ferido com um arcabuzo na perna.

Em 1635, os flamengos se apoderaram de toda a Paraíba e os portugueses se retiraram para o Cabo de Santo Agostinho⁴¹. Por este tempo, os holandeses comandados pelo sargento-mor holandês Alexandre Picard tomaram Porto Calvo dos portugueses. Na narração portuguesa, o cronista Coelho atentou para a permanência de Sebastião Souto, uma espécie de espião duplo que prestou valiosos serviços relacionando-se secretamente com o comandante Albuquerque⁴².

Em junho de 1635, foi perdido o Arraial, que com grande pesar narra Albuquerque Coelho: “Foi finalmente preciso render-se; e com as circunstâncias referidas de certo que não foi ingloriosamente.”⁴³ Desta forma, as condições da capitulação foram honrosas e o governador Matias de Albuquerque lamentou a perda da praça. Depois do Real, aos portugueses, sucederam perdas⁴⁴. Com a queda do principal posto de defesa portuguesa, tornou-se a WIC a senhora do centro de produção açucareira do Brasil Colonial.

Em julho do mesmo ano, o espião Sebastião Souto, morador de Porto Calvo, contou ao comandante Albuquerque que os flamengos contavam com aproximadamente trezentos e cinqüenta homens, mas que esperavam pelo reforço de duzentos homens trazidos por Calabar, agora sargento-mor, conforme relatou Brito Freyre. Em contrapartida, ao retornar ao povoado, Souto persuadiu o governador holandês Picard a atacar os portugueses que chegavam, alegando estarem em número de vinte índios e poucos soldados, todos cansados e sem ordem⁴⁵.

A forma como Souto dissimulou a situação para ambos os lados é descrita por Frei Manoel Calado, que expõe seu atrevimento em se comunicar com os portugueses mesmo estando do lado holandês⁴⁶. Seguindo os conselhos do espião, Picard avançou sobre as tropas lusitanas, porém não esperava as emboscadas armadas pelo capitão Rabelo. Cercados, os flamengos se renderam. Subestimados, a vitória foi dos portugueses. Porém, como os lusitanos não conseguiriam sustentar o posto, decidiram prosseguir rumo a Alagoas.

Entretanto, antes de partir, os portugueses desejavam fazer justiça ao desertor Calabar, embora os holandeses insistissem em levá-lo, estabelecendo-se uma negociação entre Albuquerque e Picard. Então, Calabar pediu ao comandante holandês que o deixasse ser pego, demonstrando resignação em suas palavras transcritas por Albuquerque Coelho: “Não deixeis, senhor, de concordar no que se vos exige pelo que me diz respeito, pois não quero perder a hora

40 Idem. p. 243.

41 Idem. pp. 270-8.

42 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* pp. 296-8.

43 Idem. pp. 313-4.

44 Francisco de Brito Freyre. *Op. cit.* p. 206.

45 Idem. p. 213.

46 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* p. 62.

que Deus quis dar-me para salvar-me (...).⁴⁷.

A respeito do episódio da rendição do Calabar, Brito Freyre escreve:

Este homem vil, destruidor da Pátria e espanto dos moradores, considerou no aperto presente os delitos passados. E nivelando pela grandeza da traição, a atrocidade do suplício, imaginava mais perigosa pena do que a morte. Mas dispondo-se com a vontade ao que haviam de obrigá-lo por força, soube religiosamente oferecer, como em sacrifício à sua alma, a infâmia da sua vida.⁴⁸

Para Frei Calado, os holandeses não se esforçaram muito para libertar Calabar na rendição em Porto Calvo. O frade reclama: "(...) que este é o pago que eles costumam dar aos que deles se fiam, que se servem deles enquanto os não mister, e no tempo da necessidade e tribulação os deixam desamparados e entregues à morte."⁴⁹

Sobre o momento de sua execução, o Frei Calado contou que Calabar foi retirado da prisão assim que apontou a noite do dia de vinte e dois de julho, "lhe deram o garrote e o fizeram em quartos" em um apoio que estava por perto. Assim, os portugueses não lhe reservaram tempo para despedidas e pedidos de perdão, como contou o eclesiástico ter desejado o mameluco.

O eclesiástico justificou a pressa dos portugueses devido ao receio de que o mameluco confessasse em público "as coisas pesadas" contadas em confissão. Frei Calado, provavelmente por segredo de sacramento, não as publicou, embora tenha contado a Albuquerque. Ao ouvir, o governador pediu para o frei encerrar o assunto e não o revelar a mais ninguém, segundo ele "por não se levantar alguma poeira da qual se originasse muitos desgostos e trabalhos"⁵⁰ e assim não mais se soube o que disse Calabar.

Assim, Calabar foi sumariamente julgado e condenado por crime de Lesa Majestade, em conformidade com o Código Penal das Ordenações Filipinas, a morrer garroteado, seguido de esquartejamento em vinte e dois de julho de 1635.

Calabar: um intermediário cultural?

Assim sendo, pode-se discutir o papel de Calabar em termos de "intermediação cultural", de acordo com Michel Vovelle⁵¹. Isto não apenas por ter sido mameluco, significativo como contato entre a gente da terra e os lusitanos, quem o tinha por muita estima, configurando-o potencial conhecedor das matas e seus segredos, com poder de diálogo entre os índios, qualidade extremamente louvada entre os cronistas portugueses.

Ademais, mediador entre uma cultura ibérica e católica e outra flamenga e protestante, mundos pelos quais Calabar transitou com muita propriedade, chegando a ocupar posições estratégicas em ambos os lados da guerra. Portanto, apesar de ser discutível a capacidade de decisão da atuação do mameluco no propósito de relativizar o protagonismo do personagem em seu contexto histórico, parece incontestável que sua colaboração era no mínimo relevante.

47 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* p. 328.

48 Francisco de Brito Freyre. *Op. cit.* p. 214.

49 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* p. 65.

50 Idem. p. 67.

51 Michel Vovelle. "Os intermediários culturais" In: *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Pode-se notar também que apesar da insegura confiabilidade no mameluco, os atores de ambos os lados conflito, grosso modo portugueses e holandeses, preferiam contá-lo em suas fileiras a vê-lo atuando no exército inimigo, como pode-se perceber pela própria insistência por parte do comandante Albuquerque em fazer Calabar retornar a seu lado, oferecendo-lhe perdão e mercês, sem qualquer sucesso, como narrou o cronista Coelho.⁵²

Foi fato digno de nota, sobretudo entre os cronistas lusitanos, a própria atitude do general Albuquerque em 1634, quando chegou a contratar seu atrapalhado primo para que desse cabo de sua vida, desastrosa aventura que culminou com a morte do mesmo.⁵³ De qualquer forma, o episódio demonstrou a importância de Calabar não apenas pelo que era, como potencial mameluco, soldado e guia, mas pelo que sabia. O perigo residia principalmente em seus conhecimentos materiais e humanos.

Também os holandeses conheciam a necessidade de manter Calabar ao seu lado, não fosse por isso não o teriam feito capitão já na altura de 1633⁵⁴, como contou Pudsey, apesar das crônicas que narram o lado holandês do conflito preferirem não conceder muito crédito aos feitos do mameluco, explicando os avanços na guerra como resultados da própria ação militar neerlandesa.

A exaltação dos feitos da WIC entre as crônicas holandesas em contrapartida da depreciação do personagem e de outros tantos “Calabares” que deram vida ao conflito, parece mesmo uma estratégia discursiva destes relatos. Do contrário, pode-se presumir o próprio desconhecimento de tais europeus integrantes das tropas compostas por mercenários tanto no lado da WIC, como pelos luso-brasileiros, em relação às estratégias travadas em solo colonial, a exemplo da guerrilha, bem como dos caminhos do palco do confronto, isto é, o nordeste da América Portuguesa.

A leitura dinâmica e pluralista do mediador⁵⁵ realizada por Vovelle permite interpretar o personagem Calabar como um intermediário por posição, por ter servido como agente de contato e de circulação, situando-se na encruzilhada de mundos tão distantes, mediando a difusão do saber e do poder nas guerras pernambucanas do açúcar.

Entre os holandeses, dois episódios demarcaram o prestígio de Calabar, que chegou a ocupar o posto de sargento-mor: trata-se do batizado de um de seus filhos com Bárbara na Igreja Reformada de Recife, cujo padrinho foi ninguém menos que o coronel Sigismund Von Schkoppe, governador da guerra pelo lado holandês. Este caso traduz a tamanha relevância do mameluco para a análise proposta, pois apresentou a faceta religiosa, isto é, Calabar como intermediário entre uma cultura católica, que conhecia muito bem desde seu nascimento, e outra protestante, que, ao que parece, acabara de ingressar.

O segundo evento digno de nota trata-se da própria rendição do mameluco, quando suas tropas foram encurraladas em sua cidade natal, Porto Calvo, e Calabar foi capturado pelos lusitanos e justificado pelo crime de Lesa Majestade. Porém, enfatiza-se tanto a tentativa de negociação pessoal a respeito do mameluco, entre o comandante flamengo Picard e o português Albuquerque, quem não aceitou nenhuma condição quando se tratou de Calabar; quanto, após sua morte, pois tendo sido espalhados seus quartos, o general holandês Von Schkoppe demonstrou-se furioso ao ver o tratamento dado ao corpo de seu compadre ao chegar à vila alagoana três dias depois⁵⁶. O general revoltou-se contra a população local, e tendo recolhido os restos mortais do

52 Duarte de Albuquerque Coelho. *Op. cit.* p. 147-8.

53 Idem. p. 236.

54 Cuthbert Pudsey. *Op. cit.* p. 69.

55 Michel Vovelle. *Op. cit.* pp. 207-24.

56 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* pp. 68-9.

mameluco, concedeu-lhe um enterro de gente de guerra.

A partir dos episódios descritos sobre sua atuação, denota-se que a mediação realizada por Calabar ocorreu principalmente no âmbito das relações pessoais, através dos contatos que fez em ambos os lados, servindo como uma espécie de ponte de informações através da qual realizou-se trocas frutíferas, sobretudo para o lado holandês, que terminou vitorioso as guerras pernambucanas do açúcar, ao menos em 1636. Assim, conforme explicação de Gilberto Velho e Karina Kuschnir, são exatamente tais relações pessoais o campo privilegiado para a mediação⁵⁷.

Por certo, provas de que Calabar soube usufruir de sua posição privilegiada abundam nas crônicas, seja negociando seus saberes, seja aceitando o cargo de Capitão, dirigindo sua própria tropa, que contava, grosso modo, de gentio. Percebe-se pois, a ação consciente de um soldado da terra que fazia suas escolhas conforme a racionalidade que lhe era permitido entrever em seu tempo, pelo fato do comandante holandês oferta-lo o cargo assim que conseguira os primeiros ganhos. Tal episódio ganhou bastante relevo na historiografia oitocentista, sobretudo pela escrita de Varnhagen, quem considerou o rompimento do “impasse militar” característico da guerra entre 1630 e 1632, no qual holandeses ficaram retidos no eixo Olinda-Recife, como responsabilidade do mameluco. Assim:

Sua força como negociador é proporcional à diferença e mesmo às contradições entre as diversas ‘culturas políticas’ mediadas, atuando ora como intérprete de diferentes níveis culturais, ora como mediador, solucionando conflitos de grupos das mais diferentes naturezas.⁵⁸

As palavras de Velho e Kuschnir demonstram exatamente o poder da consciente ação do mediador que conhece o negócio que tem nas mãos e sabe como fazer uso do mesmo, exatamente como agiu Calabar desde o primeiro contato, quando tendo se apresentado ao Alto Comando Holandês, serviu como verdadeira porta de acesso para os caminhos interiores do nordeste colonial e para as táticas de guerrilha praticadas naquelas terras. Embora não tivesse sido o único que o fez, contribuiu para a execução das inúmeras batalhas travadas em solo colonial entre os lados do conflito, enquanto os holandeses avançavam sobre o território o qual desconheciam e usavam estratégias as quais não estavam habituados.

Desde modo, salientando novamente que não foi o único, a singularidade de personagens como Calabar é perceptível, pois sendo “gente da terra” ou “gente da guerra”, como denominou José Antônio Gonsalves de Mello⁵⁹, parecem ter aberto, de fato, uma “cadeia de mediações” realizadas por tantos outros intermediários. Foram índios, mulatos e mamelucos, gente da terra enfim, a qual, agenciando os múltiplos códigos do confronto e conectando, grosso modo, portugueses e holandeses em contexto conflituoso, desenharam os contornos das guerras pernambucanas do açúcar.

O prisma que por hora visa-se oferecer para observar Calabar seria enquanto um dos elementos responsáveis pela interação entre mundos sociais distintos, num mesmo espaço de convivência e em momento de guerra. O que ocorre é exatamente que sua atuação em ambos os lados possibilitou contatos e trocas entre os universos socioculturais distintos, em última

57 Gilberto Velho & Karina Kuschnir. “Mediação e Metamorfose” In: *Mana* (2) nº 1. Rio de Janeiro: 1996. p. 100.

58 Idem.

59 José Antônio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

análise, rotulados como português e holandês, visto pertencerem a cada lado, atores sociais variados, como índios, mestiços, negros, sem os quais o conflito em terras brasileiras jamais teria sido realizável.

Deve-se contar ainda com os soldados de procedência europeia, configurando os exércitos multinacionais, tanto nas fileiras chamadas holandesas, que contaram com a participação de alemães, ingleses, franceses e escoceses, quanto nas ditas portuguesas, que contavam também com a atuação de castelhanos e napolitanos⁶⁰.

Entretanto, a singularidade do personagem revelou-se na sua participação, descrita segundo as crônicas, que apesar de toda a parcialidade que exprimem, permitem entrever os contatos que o mameluco tinha em cada lado do conflito, a forma como conectava tais universos e a própria síntese que produzia em seu indivíduo, um ser bastante decisivo na guerra, dotado de sabedoria prática, mas hesitante em terreno religioso.

Se de fato, a conversão de Calabar para o protestantismo pode ser crível a partir do batizado de seu filho na Igreja Reformada de Recife, pode-se mesmo desconfiar de tal lealdade à nova religião, devido à sua derradeira confissão, na qual demonstrou verdadeiro arrependimento, como acreditou Calado⁶¹.

Por isso, adotou-se a problemática dos *intermediários culturais* como chave de interpretação válida para a atuação de Domingos Fernandes Calabar nas guerras pernambucanas do açúcar, considerando-se as “várias feições contraditórias do intermediário cultural”⁶² conforme mencionou Vovelle.

Por um avanço conceitual

Seja pela exemplaridade, pelos conhecimentos, pelos seus contatos ou pelas habilidades, como a do diálogo, Calabar ocupava posição estratégica na guerra, o que é evidenciado por Calado na confissão do mameluco. O frei reconheceu ter o mameluco contado “coisas pesadas”, embora não as tenha revelado em sua crônica, mantendo o decoro do sacramento, apressou-se em contar a Albuquerque, quem pediu ao padre que encerrasse o assunto, conforme narrado por Calado⁶³.

De qualquer forma, ao pôr em contato mundos distintos que pareciam estar separados, o mediador em questão obteve uma consequência bastante danosa. Calabar pagou com a própria vida o que os protagonistas do Brasil Holandês chamaram de deserção, ou, na linguagem judicial da época, Lesa Majestade.

Por outro lado, o próprio intermediário – tendo-se em vista que este papel coube a muitos mamelucos anônimos da história desta guerra – remodelou os padrões de guerra do período, por ter ensinado às tropas holandesas, tradicionais no período moderno como senhora dos mares, a tática da guerrilha, mais utilizada em territórios coloniais, além de ter redefinido as fronteiras e destinos do conflito luso-flamengo. Assim, Calabar como intermediário cultural teria de fato conectado reinos e culturas distintas da Época Moderna.

Entretanto, seguindo esta vertente, propõe-se um desvio teórico a fim de agregar maior significado ao conceito de “intermediário cultural”, visto a análise da atuação do mameluco, segundo a descrição dos cronistas, possibilitar a interpretação de Calabar como mediador político.

60 Idem. pp. 187-8.

61 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* p. 66.

62 Michel Vovelle. *Op. cit.* pp. 207-24.

63 Frei Manoel Calado. *Op. cit.* p. 67.

A despeito de tais campos serem extremamente porosos, sobretudo nos tempos modernos, pode-se perceber com nitidez a ação política do mameluco ao negociar seus saberes e contribuir para a teia cultural multifacetada que caracterizou o Pernambuco holandês, especialmente por sua colaboração tática para os destinos da Guerra Brasília.

Deve-se atentar para a problemática segundo a qual a separação proposta somente produzirá sentido no campo metodológico destinado ao estudo da atuação deste personagem específico nesta etapa da pesquisa, visto que a consideração das esferas de forma integrada, procedimento anteriormente realizado, sempre permite compreender a complexidade da vida social. Estando consciente de tal processo, pode-se aprofundar na compreensão do mediador político por ora considerado.

Não seria, pois, o mameluco um mero “terceiro elemento”, mas foi efetivamente partícipe e “agente de mudança”⁶⁴, verdadeiro protagonista da guerra, mediando as relações e co-produzindo os rumos que a guerra tomou. O terreno político foi, de fato, entrecruzado por Calabar principalmente pela sua participação no jogo de poderes que se imbricaram no conflito luso-holandês. O mameluco relacionou-se de forma ímpar com as autoridades do confronto, as quais, no mínimo, pareciam nutrir bastante admiração pelo personagem, quando não, profundo temor do estrago que sua atuação poderia ocasionar para o lado que representava.

Ademais, Calabar soube usufruir de sua posição tática nas guerras, tanto para sua própria ascensão, até onde fosse possível nos meandros daquela sociedade limitante; quanto para o avanço dos lados do conflito no qual lutava, de acordo com os momentos específicos do embate. Portanto, Calabar pode ter atuado como um verdadeiro intermediário político, especialmente por conectar distintas redes de poder a nível local nos cenários transitados naquelas guerras.

Artigo recebido para publicação em 24 de setembro de 2013.

64 Gilberto Velho & Karina Kuschnir. *Op. cit.* p. 105.